

A. I. Nº - 100303.0007/05-4
AUTUADO - ROSÁRIA MARIA PAIVA MATOS LEAL
AUTUANTE - MARGARET SAMPAIO BARBOSA LUCAS
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 25.10.02

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0369-01/02

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Infração parcialmente elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 27/08/02 para cobrar o imposto no valor de R\$11.977,62, acrescido da multa de 70%, em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de saldo credor na Conta Caixa.

O autuado apresentou defesa, impugnando parcialmente o lançamento fiscal. Disse que a autuante, quando elaborou o demonstrativo “Apuração do ICMS pelo Regime de Pagamento SIMBAHIA” e sob a orientação da Orientação Normativa nº 01/02, ao invés de apurar o custo das entradas das mercadorias, que geraram as receitas omitidas, obteve o valor do lucro bruto com a utilização da TVA, anteriormente encontrada.

Elaborando novos demonstrativos, apresentou, como omissões de saídas de mercadorias tributadas, o valor de R\$10.334,83, o qual reconheceu como devido. Informou que, neste sentido, havia solicitado parcelamento do débito e requereu a procedência em parte da autuação (fls. 103 a 104).

A autuante, em sua informação fiscal, após análise da impugnação, confirmou os argumentos de defesa, afirmando ter, efetivamente, cometido o erro naquela apontado. Pediu que este Colegiado decidisse pela procedência parcial do lançamento (fl. 106).

VOTO

O PAF trata da cobrança do ICMS decorrente de omissões de saídas de mercadorias detectadas através de saldo credor na Conta Caixa.

O autuado não se insurgiu quanto a irregularidade cometida, porém concordou em valor inferior ao apurado. Afirmou que a autuante havia cometido erro, quando da elaboração dos seus levantamentos (confundiu o custo das suas aquisições com o lucro das transações comerciais). Chamada a se pronunciar a respeito da impugnação apresentada, houve ampla concordância da autuante com os argumentos de defesa, ou seja, reconheceu que havia cometido o erro naquela apontado, o que gerou o aumento do valor do ICMS, ora cobrado.

Diante do exposto, entendo que a discussão estabelecida na presente lide foi solucionada, tendo as razões defensivas completo acolhimento e voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE no valor de R\$10.334,83.

Por derradeiro, deixo de homologar valores, acaso recolhidos, através do parcelamento que o autuado afirmou ter solicitado, pois, nos autos, não consta qualquer prova de que esta solicitação foi realizada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **100303.0007/05-4**, lavrado contra **ROSÁLIA MARIA PAIVA MATOS LEAL**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$10.334,83**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de outubro de 2002

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR